



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 057 - SÁBADO, 28 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 356, de 7 de março de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de maio de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 27 de abril de 2007.



Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 59ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Alerta para a grave situação econômica do Estado do Piauí. 11970

SENADOR ADELMIR SANTANA – Apelo às autoridades no sentido de que sejam examinadas as taxas praticadas pelos cartões de crédito e débito, para evitar prejuízos ao consumidor. 11971

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado 213, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. 11975

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 414, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona. ... 11976

Nº 415, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 11976

Nº 416, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 11977

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem ao Dia do Descobrimento do Brasil. Posicionamento contrário à idéia de que a Amazônia deve ser um “santuário intocável”. Solitica transcrição de artigos dos jornalistas Luiz Carlos Azedo, do **Correio Braziliense**, e Hélio Jaguaribe, da **Folha de S.Paulo**. 11977

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Homenagem às empregadas domésticas, por ocasião da passagem do “Dia da Trabalhadora Doméstica”. Comemora o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Ministério da Educação e o anúncio do aumento na geração de empregos. . 11984

1.2.5 – Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 139/2007, de 25 do corrente, comunicando a aprovação da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 11986

1.2.6 – Comunicações da Presidência

– Abertura de prazo para oferecimento de emendas à Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2007, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, até o encerramento de sua discussão, no turno suplementar. 11987

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 21, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de banca-da e o projeto coletivo multipartidário. 11987

Lembrando ao Plenário, que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 16 de maio será destinado a homenagear o escritor e Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, Geraldo Mello Mourão, falecido em 9 de março passado, nos termos do Requerimento nº 186, de 2007. 11987

Convocação de Sessão Especial, a realizar-se no dia 23 de maio, destinada a homenagear à Rádio Bandeirantes, pelo transcurso dos 70 anos do início de suas atividades, nos termos do Requerimento nº 234, de 2007. 11987

Designação dos membros para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. 11987

Recebimento do Dr. Alexandre de Moraes, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, relatório das atividades desenvolvidas naquele Conselho, desde a sua posse, em 14 de junho de 2005, até os dias de hoje. (*Anexado ao processado do Ofício nº S/28, de 2005.*) 11987

1.2.7 – Ofício

Nº 117/2007, de 25 do corrente, do Senador Romeu Tuma, consultando a possibilidade de verificar o aproveitamento de proposta de S. Exa. referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2005..... 11988

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 417, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, às 10 horas do dia 11 de dezembro de 2007, para comemoração do “Dia do Marinheiro”, que é celebrado no dia 13 do mesmo mês. 11988

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.423 e 3.426, de 2007 11989

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 59ª Sessão não Deliberativa, em 27 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Aldemir Santana

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Expediente lido vai à publicação.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Adelmir Santana, sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão de sexta-feira, 27 de abril, Senadoras e Senadores na Casa, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, está ali o Iraque, Bagdá, destruído numa guerra. O Piauí sofre um caos econômico. É o modelo do PT de administrar. Senador Mozarildo Cavalcanti, no Piauí, nunca houve maremoto ou terremoto, mas o PT passou por lá.

Eis aqui no Jornal *Diário do Povo*: “O Estado deve mais de R\$100 milhões a bancos e financeiras”. Sabe o que é isso, Senador Mozarildo Cavalcanti? Senador Adelmir Santana, que entende de dinheiro, esse é o estilo do PT. O Governador, para pagar, tirou dinheiro dos bancos, e cada um dos funcionários ia buscar, razão pela qual os nomes deles ficaram cadastrados. Atentai bem para a imoralidade e a indignidade! Senador Adelmir Santana, os funcionários precisavam do dinheiro e era a única maneira de receber. Mas os nomes deles ficaram lá; ele desconta e nunca paga. Então, são R\$100 milhões.

Mas nós sabemos como o banco é; o banco não tem alma.

O nome é dos funcionários. O Governador não paga. Está aqui, no *Diário do Povo*. Então, todos os funcionários que recorreram, que aceitaram esse sistema estão no SPC. Quer dizer, perderam o crédito.

Então, Mantega, o Deputado Ciro Nogueira, do Piauí, do PP, hoje aliado do Governo, entrou com o documento nº 191/07 na Mesa Diretora, pedindo ao

Ministério da Fazenda uma intervenção. Os funcionários do Estado não podem comprar, porque caíram no SPC.

Ó meu amigo e do Piauí, Luiz Inácio, Vossa Excelência deu R\$20 milhões para o Morales! Dê R\$100 milhões para o seu filhinho do PT, lá, que arrasou o Estado. Isso nunca dantes ocorrera. Grandes Governadores, em toda a sua história, foram responsáveis. Está aqui! Sei que foram apenas R\$20 milhões para o Morales, da Bolívia. Nós somos do Piauí! Socorro, pelo amor de Deus, ao Governador, do PT, do Piauí, que entre as mazelas todas tem essa.

Então, no Piauí foi aquela vitória, ó Mozarildo, do General Pirro. Senador Santana, ele foi um general grego que ganhou uma guerra; ganhou, mas quando olhou para trás, estava tudo arrasado, todos os companheiros mortos, desgraçados, as cidades incendiadas. Ele ganhou, mas a desgraça foi muito pior. O prêmio foi a desgraça. Essa é a desgraça que está lá. Vitória de Pirro. Vitória de Pirro do PT.

Então está aqui, *Diário do Povo*, Luciano Coelho, repórter de política desse diário independente: “Governo não nega a existência do débito”, continuando a manchete do jornal.

Mas o importante que gostaria de trazer agora, Mozarildo, ao País, é o *e-mail*. Acho que hoje estou ganhando aqui, neste Senado, em termos de quem recebe mais *e-mails*. Eu não sei, Mozarildo, sei que V. Exª recebe muitos, mas recebo cerca de mil por semana! E tenho um secretário muito mais competente do que eu, cujo apelido, Senador Adelmir Santana, é Sorbonne, porque ele estudou lá. Então ele cadastra os *e-mails*, me dá os mais interessantes, e eu os leio no avião.

Figueiredo, olhe este, de Idinez Manesco:

Prezado Senador,

Tenho 70 anos de idade e, desde criança, aprendi que as cores do Brasil são Verde, Amarelo, Azul e Branco.

O que eu gostaria de saber é de onde surgiu a cor “Vermelha” na palavra BRASIL nas propagandas oficiais de Estatais.

O senhor já teve oportunidade de ver este detalhe?

Obrigado.

Paulo Castilho

Na cidade de Palmeiras do Piauí, tudo é vermelho.

Santana, Mozarildo, esta Casa homenageou o Exército. A Batalha do Jenipapo, em que nós, piauienses, junto com cearenses, expulsamos os últimos portugueses para garantir a grandeza deste território. Alberto Silva, Conselheiro da República, fez um monumento para eternizá-la. Castello Branco, o Presidente revolucionário, conhecendo a história, tornou essa uma das batalhas mais gloriosas do Exército.

A solenidade é no dia 13 de março. Militares do Brasil todo e autoridades são homenageados. E lá eles fizeram, agora, uma palhaçada ridícula, um desrespeito ao próprio Alberto Silva, que é Conselheiro da República. O Presidente Luiz Inácio, fizeram lá um monumento vermelho, destoando da arquitetura do belo monumento de Alberto Silva, que traduz a epopéia, aquela guerra em que centenas de piauienses e cearenses morreram pela independência e unidade deste Brasil. Colocaram, ô Mozarildo, um vermelhão idiota, descarado, só para ganharem essas construtoras.

Está aqui um *e-mail* que diz que isso ocorre no Brasil todo. O Presidente Luiz Inácio, não é essa a cor; não há vermelho na nossa bandeira. O Prefeito de Campo Maior, João Félix, V. Ex^a é um bravo, já foi duas vezes Prefeito de uma pequena cidade que criei e que juntos administramos. E V. Ex^a foi levado a governar a cidade-mãe. Então digo o seguinte: olhe para a história de Campo Maior, para os seus avós, os que lutaram na Independência. Pegue aquele monumento fajuto, imoral, indecente, encravado por esses petistas. São aqueles – como é que o Lula chama, Senador Mozarildo? – aloprados. Os aloprados do Piauí mancharam a nossa história, a obra de Alberto Silva rememorando a Batalha do Jenipapo, a dignidade dos que lá morreram, e pintaram tudo de vermelho.

Atentai bem! Ô, João Félix, seja homem! Seja homem de Campo Maior. V. Ex^a é o Prefeito; dirija-se ao Batalhão e, com esse Exército glorioso, pinte aquela porcaria que está sujando a nossa história, a nossa dignidade e a nossa vergonha.

Então, são acontecimentos como esse... E nós temos que estar aqui atentos, Senador Mozarildo Cavalcanti. Se nós não fizermos, Senador Santana, esse confronto, este País será reprodução de Cuba, será reprodução da Venezuela, será reprodução do Equador, será reprodução da Bolívia e da Nicarágua. Mas aqui estamos para fazer oposição que engrandece a democracia. Como disse Eduardo Gomes, combaten-

do a ditadura Vargas: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

Estamos aqui vigilantes para que o Brasil não seja uma nova Cuba, uma nova Venezuela, um Equador, uma Bolívia ou uma Nicarágua. Aqui estamos construindo e continuando a luta de Joaquim Nabuco, solitário a libertar os escravos; a luta de Rui Barbosa, que ali está por que, Senador Santana? Quando veio a República – o governo do povo, pelo povo e para o povo –, os militares queriam continuar – um presidente militar, um segundo e um terceiro –, e ele disse: “Estou fora”. Aí ofereceram o Ministério da Fazenda e Rui disse: “Não troco as trouxas de minhas convicções pelo Ministério”, defendendo a campanha civilista. E nós estamos aqui, como Brossard e outros, para garantir essa democracia.

Então, digo ao povo bravo de Campo Maior: pintem aquela porcaria que enodoa a nossa história, a nossa dignidade e a nossa decência. Estão aqui, na Bandeira Nacional, as cores. Irmãos campo-maiorenses, unam-se Prefeito, Vereadores e o povo – homens e mulheres – e tirem o vermelho, junto com o Exército. Porque esta data, hoje, é do Exército. A Batalha do Jenipapo é comemorada.

Fui Governador daquele Estado, e a autoridade maior é o general da região, porque esta data pertence ao calendário do glorioso Exército Nacional.

Essas são as nossas palavras. E continuo fiel àquele grande líder militar que disse: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. Por isso, estamos aqui, agora.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a pelo cumprimento do acordo.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como certamente é do conhecimento de V. Ex^{as}, venho dedicando toda a minha vida à defesa da atividade empresarial, com especial ênfase à proteção dos micro, pequenos e médios empresários, tão sacrificados pela carga tributária e pela burocracia da estrutura governamental.

Tive a felicidade de ver esse esforço de tantas décadas reconhecido pelos meus pares, empresários, e por eles fui guindado à condição de presidente do Sindicato dos Comerciantes Varejistas de Produtos Farmacêuticos, vice-presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e, mais

recentemente, presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, entre outras atividades representativas.

Quis o destino que eu tivesse a honra de exercer o mandato de Senador da República. Assim, tenho a oportunidade de transformar a tribuna parlamentar em mais uma trincheira dessa luta em prol daqueles empresários anônimos que fazem o País crescer, dando empregos e pagando os seus impostos honestamente.

Sinto-me, pois, além de um representante do povo brasileiro e dos queridos cidadãos do Distrito Federal, um representante da própria classe dos micro, pequenos e médios empresários nesta Casa Legislativa. Aliás, fui um dos fundadores da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas no Congresso Nacional.

Durante os muitos anos de luta à frente de entidades representativas, pude constatar que o desenvolvimento tecnológico que tanto buscamos não raras vezes sacrifica alguns valores também muito caros. Assim, se desejável e inexorável é o progresso, o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade, não podemos ignorar o fato de que, às vezes, esse progresso pode trazer desemprego, conflitos sociais e outras vicissitudes.

O que fazer, então? Repudiar o progresso? Apegar-se às velhas tradições? Certamente não. Os avanços são bem-vindos, desejáveis e, diria eu, até mesmo inevitáveis. Ao Estado cabe tentar suavizar os problemas causados, criando mecanismos que minimizem os problemas e potencializem as virtudes do progresso.

Se a produtividade e a informatização podem trazer desemprego, ao Estado cumpre criar programas de treinamento de mão-de-obra – para que os trabalhadores sejam realocados – e mecanismos de proteção social, como seguro desemprego, previdência social, e as reformas tão desejadas e sempre propaladas.

Bem, Sr. Presidente, faço toda essa introdução para tratar de uma dessas ferramentas tão maravilhosas do progresso, que tantos benefícios trouxe a todos, mas que também impõe determinados custos à sociedade, custos esses que precisamos examinar. Falo dos cartões de crédito e de débito, deste fenômeno econômico que popularmente passamos a chamar de “dinheiro de plástico”.

Os cartões de crédito, por exemplo, representaram uma extraordinária revolução nos meios de pagamento, não apenas no País, mas em todo o mundo. Suas vantagens são incontáveis, entre as quais a comodidade e a segurança que proporcionam não apenas para o usuário, mas também para o empresário.

Entretanto, sem embargo das inúmeras vantagens que representam, e que devemos todos louvar e preservar, algumas questões graves emergem do relacio-

namento das empresas do setor com os empresários e com os consumidores, exigindo a nossa atenção.

A primeira preocupação se refere ao exacerbado poder econômico dessas empresas. Para que se tenha idéia do grau de concentração desse mercado, lembramos que as duas maiores operadoras, Visa e MasterCard, detinham, no final de 2005, 96,65% do mercado de cartões de crédito no Brasil, segundo um detalhado estudo da Fundação Getúlio Vargas. É quase um monopólio. Talvez essa concentração explique, em parte, o elevadíssimo nível das taxas de desconto praticadas no País, que chegam, em média, a 4%, segundo um diagnóstico elaborado pelo Banco Central. Isso, afora todos os outros custos indiretos que o credenciamento traz, como o aluguel de equipamentos e o dilatado prazo para o efetivo recebimento dos valores transacionados. Apenas para efeito de parâmetro, as nossas taxas são, aproximadamente, 70% superiores às taxas norte-americanas e européias, hoje em torno de 2,2%.

Permitam-me, aqui, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma pequena comparação. Como todos sabem, após muito empenho de vários setores da sociedade e dos Parlamentares, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Pequenas e Médias Empresas, que entrará em vigor a partir de 1º de julho próximo. Nessa ocasião, também passam a vigorar as novas alíquotas da Lei Geral, quando empresas com faturamento de até R\$120 mil arcarão com cerca de 4% do faturamento para o pagamento de inúmeros tributos.

Pergunto-me, Sr. Presidente, se é aceitável uma taxa de desconto como aquela praticada pelas administradoras de cartões de crédito, que é superior à carga tributária da empresa e superior, inclusive, à lucratividade do próprio empreendimento.

Ainda recorrendo às comparações, nossas taxas são também o triplo das taxas hoje praticadas na Austrália, cuja experiência exitosa será adiante referida.

Isso sem falar no prazo de pagamento, que em nossas terras ultrapassa 30 (trinta dias), ao passo que é de apenas 48 (quarenta e oito) horas nos Estados Unidos.

As diferenças são astronômicas e merecem ser focalizadas e investigadas.

Em todos os setores produtivos, os ganhos de escala são traduzidos em custos menores para os consumidores. A informática é um grande exemplo disso. Hoje temos equipamentos mais modernos e que custam frações do que custavam há uma década.

No segmento de cartões de crédito, inexplicavelmente, os ganhos de escala parecem não chegar ao consumidor, já que as taxas estão nos mesmos patamares há anos, o que sugere que possa haver um

comportamento, no mínimo, colusivo entre os agentes econômicos.

Há atualmente uma verdadeira batalha global entre diversas associações de empresários e as instituições financeiras que conformam as redes Visa e Mastercard, particularmente em relação à determinação coletiva das taxas praticadas.

Órgãos de defesa da concorrência, juízes e políticos têm administrado tal batalha em diversos Países, como demonstram os seguintes exemplos.

Nos Estados Unidos, a partir de 2005, diversas ações – em torno de 50 – foram ajuizadas por associações de empresários contra Visa, Mastercard e diversas instituições financeiras que as compõem, acusando-as de formação de cartel para determinação de taxas e abuso de poder econômico.

Os processos ainda estão em curso e mobilizam ações do Senado norte-americano.

O “Comitê sobre o Judiciário” conduziu uma audiência pública intitulada “Taxas de Intercâmbio nos Cartões de Crédito: Preocupações Concorrenciais” em 19 de julho de 2006. Representantes dos diversos interesses envolvidos (consumidores, empresários, Visa e Mastercard) apresentaram seus pontos de vista.

Ainda no âmbito do Senado dos Estados Unidos, o Subcomitê Permanente sobre Investigações iniciou no último dia 7 de março de 2007 uma série de audiências sobre práticas relativas a cartões de crédito que têm preocupado os consumidores, empresários e autoridades do País.

A primeira audiência foi intitulada “Práticas dos Cartões de Crédito: Tarifas, Taxas de Juros e Períodos de Carência”, tendo envolvido discussões sobre práticas das empresas e as condições exigidas dos consumidores pelas emissoras dos cartões.

Peço licença para chamar a atenção dos ilustres Senadores e Senadoras para o fato de que, nos Estados Unidos, o Senado está mobilizado ante a possibilidade de abuso nas taxas que eles reputam elevadíssimas, taxas essas que são quase a metade das nossas.

Na Nova Zelândia: a Comissão de Comércio, recentemente, em novembro de 2006, iniciou ação contra a Visa, Mastercard e 11 instituições financeiras, acusando-as de práticas anticompetitivas.

Na Europa, em junho de 2006, a Comissão Européia apresentou um arrazoado de objeções à Mastercard, questionando sua determinação de taxas nas transações em nove Países.

Paralelamente, a Comissão conduziu um inquérito sobre as condições de competição no setor de serviços financeiros, envolvendo diversos temas relativos aos cartões de pagamento.

O relatório final dessa sindicância foi publicado em 31 de janeiro de 2007. As conclusões levantam preocupações em relação a diversas barreiras à concorrência: mercados excessivamente concentrados, variações significativas das taxas entre vários Países, altas margens de lucro indicando possível abuso de poder econômico, cooperação entre bancos potencialmente prejudicial a consumidores, indícios de venda casada etc.

A Comissão Européia deixou clara sua disposição de utilizar plenamente seus poderes para lidar com tais barreiras.

Ainda em janeiro de 2007, possivelmente por influência das investigações da Comissão Européia, a Polônia, país-membro da União Européia, proibiu a determinação coletiva de determinadas taxas entre os credenciadores de cartões e os bancos, as chamadas taxas de intercâmbio, em função dos prejuízos provocados a consumidores e médias, pequenas e microempresas.

Na Austrália, o Banco Central vem tentando coibir abusos no estabelecimento das taxas e, dentre outras medidas, passou a permitir expressamente a cobrança de preços diferenciados nas compras feitas com cartão de crédito.

Essa medida foi também utilizada por países como a Suécia, México e Holanda, na tentativa de proteger o consumidor que não utiliza cartões de crédito (consumidores de menor renda, em tese), evitando que este divida, com aquele que utiliza cartões, os custos envolvidos nas diversas taxas cobradas do empresário pelas instituições financeiras.

A experiência australiana merece ser examinada mais detidamente, porque as medidas adotadas derrubaram as taxas cobradas em cerca de 70%. As taxas de desconto na Austrália estão entre as menores do mundo, montando cerca de 1,05%.

Estou-me atendo mais à questão dos cartões de crédito, mas a situação é análoga no caso dos cartões de débito, de maneira que é recomendável que essa modalidade de pagamento não fique à margem das investigações.

Infelizmente, quer-nos parecer que as autoridades brasileiras não estão dando a devida importância a tão grave problema.

Volto ao exemplo dos últimos Países mencionados – Austrália, Suécia, México e Holanda –, que nos remete a um assunto polêmico que precisamos ter a coragem de abordar.

Pergunto, Sr. Presidente, será que as autoridades de defesa do consumidor – ao exigirem que se dê ao portador do cartão o mesmo preço praticado para

aquele que não o detém – estão mesmo defendendo o nosso consumidor?

Um exame mais aprofundado certamente dirá que se trata de um benefício essa extensão ao consumidor portador de cartão do preço à vista. Entretanto, não obstante as boas intenções que pavimentam a trilha desse raciocínio, o argumento revela um gravíssimo desvio de perspectiva.

Um estudo substancioso premiado pela Seae – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, intitulado *A Regulação do Mercado de Cartões de Crédito no Brasil* – demonstra por meio de modelos matemáticos bastante elaborados que o consumidor de baixa renda acaba subsidiando, através desse mecanismo, o consumidor mais abastado, portador do cartão.

Embora a demonstração matemática do estudo citado venha a ser bastante sofisticada, o raciocínio subjacente é simples.

Sabemos todos que as administradoras de cartões de crédito cobram elevadas taxas dos estabelecimentos que recebem cartões de crédito. Essas taxas que, repito, estão entre as maiores do mundo, compõem o custo das empresas.

Paralelamente, a demora na transferência das quantias transacionadas implica, igualmente, um indiscutível custo financeiro para a empresa.

Como toda empresa do mundo precisa trabalhar com a perspectiva do lucro, certamente todos esses custos serão computados na fixação dos preços.

A prevalecer o entendimento de que os preços devem ser homogêneos para o usuário e o não usuário do cartão, fica absolutamente evidente que ambos estão compartilhando o custo total daquele serviço embutido nos preços.

Este raciocínio, por sua vez, suscita duas outras perguntas, Sr. Presidente.

A primeira delas é: “Quem tem maior poder aquisitivo, o usuário de cartão ou o não usuário? E a segunda: “É justo cobrar de alguém um serviço que não foi prestado a ele, mas a outrem?”.

A resposta à primeira indagação é que, em regra, o consumidor sem cartão tem menor poder aquisitivo e menor acesso ao crédito do que o usuário daquele meio de pagamento.

Quanto ao segundo questionamento, poucas serão as vozes que defenderão a legitimidade de uma cobrança de alguém que não recebeu a prestação de um serviço.

É exatamente aí, Sr. Presidente, que reside a grande falácia dos cartões, com relação à qual as autoridades e a sociedade organizada têm se comportado como verdadeiros inocentes úteis.

Defender a homogeneidade de pagamento significa exatamente cobrar do não usuário um serviço que não lhe foi prestado. Pior do que isso, significa onerar precisamente aquele consumidor desprovido de cartão de crédito, que menor poder aquisitivo tem e que mais precisa da proteção das autoridades. Por isso, precisamos avaliar atentamente o resultado das experiências dos Países citados, que se insurgem contra essa situação.

Outro fator que recomenda uma avaliação dos pseudobenefícios dessa igualdade é a falta de transparência que ela cria nas relações comerciais entre o usuário e as administradoras dos cartões.

Em todo produto, a elevação dos preços pode ser rejeitada pelo consumidor por uma diminuição na demanda pelo bem ou pelo serviço. É a célebre lei da oferta e da procura. Preços mais elevados, demanda menor. A queda na procura obriga o empresário a baixar seus preços, de forma a recuperar a sua fatia de mercado.

No mercado de cartões, o consumidor ignora o custo da transação e ignora que, provavelmente, poderia ter um desconto médio de 5% se não utilizasse esse meio de pagamento.

O resultado é que temos elevadíssimos custos de transação para a utilização do cartão – certamente entre os maiores do mundo – e não temos a contrapartida, que é a diminuição da demanda.

Pergunto-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, até que ponto todos nós, ao defendermos a homogeneidade de tratamento entre usuários e não usuários dos cartões, não acabamos nos tornando, inconscientemente e ainda que movidos por nobres propósitos, defensores não dos consumidores, mas das instituições financeiras que operam os cartões?

As administradoras, com toda a competência e habilidade que lhes são peculiares, acabaram conquistando a simpatia da sociedade e das autoridades, abrigando e escondendo seus absurdos encargos no manto bem-intencionado dos que imaginam estar defendendo o consumidor.

Por último – solicito alguns minutos mais, Sr. Presidente –, eu gostaria de dizer aos eminentes Pares que já está em vigor um convênio entre os órgãos de defesa da concorrência e o Banco Central, para tentar regular o mercado de cartões de crédito.

Todas as autoridades que estão debruçadas sobre o assunto, em uma única voz, alegam que as leis brasileiras são insuficientes e ultrapassadas. Sem prejuízo das louváveis iniciativas que estão ocorrendo no Poder Executivo, entendo que o local privilegiado para essa discussão é o Parlamento, que não pode estar à margem desse processo.

Início hoje esta cruzada, no sentido de buscar sensibilizar as autoridades e também os meus Pares nesta Casa para a gravidade dessa questão. Convido a todos, Senadoras e Senadores, a tomarem parte neste debate.

Sr. Presidente, com base neste raciocínio, apresento agora à Mesa desta Casa um projeto de lei visando à defesa dos consumidores que não usam cartões de crédito, permitindo a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

Protocolizo também requerimento de informação, no qual solicito à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e ao Banco Central as informações disponíveis sobre esse mercado e sobre o estágio dos estudos para a sua regulação.

Solicito ainda informações à Secretaria de Direito Econômico sobre as eventuais investigações de práticas abusivas levadas adiante pelos agentes de mercado.

Entendo que o Parlamento brasileiro, através da discussão democrática com a sociedade, setores empresariais envolvidos e autoridades dos mais diversos escalões, tem um importante papel a cumprir.

Somente assim, por intermédio de debates e informações, chegaremos a uma solução que nos permita conservar os confortos da modernidade e do progresso representados pelos cartões de crédito, com custos menores para toda a sociedade.

Precisamos, portanto, de uma regulação madura que se sirva das boas experiências internacionais e produza regras justas e confiáveis para o investidor, mas, acima de tudo, valiosas para a sociedade brasileira.

Não estamos aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos colocando contra os cartões de crédito; mas, especificamente, pedindo que esta Casa – todos nós – envolva-se nesta investigação: por que as nossas taxas são tão elevadas em relação às de vários Países do mundo, segundo estudos comparativos?

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço a gentileza de presidir os trabalhos enquanto faço meu pronunciamento.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007

Acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços

pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 39.

§ 2º Não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DNPC), do Ministério da Justiça, por meio de nota assinada em 2004, entende que a cobrança de valores diferenciados ao consumidor que opta pelo pagamento do produto ou serviço por meio de cartão de crédito é abusiva, afronta diretamente a legislação consumerista e está em descompasso com o microsistema de proteção e defesa do consumidor.

Na nota, é citado o parecer da Professora Cláudia Lima Marques, intitulado “Abusividade frente ao Código de Defesa do Consumidor da cobrança direta do consumidor de preços diferenciados ou taxas extras quando do pagamento por cartão de crédito”, e a Resolução nº 34, de 1989, do então Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, na qual afirma-se irregular todo acréscimo ao preço de mercadoria nas compras feitas com cartão de crédito. Considera-se que a compra feita por meio de cartão de crédito tem a característica de compra à vista. Afirma-se, ainda, que os contratos mantidos entre as empresas fornecedoras de cartões de crédito e as casas comerciais credenciadas vedam a cobrança de acréscimos sobre o preço da mercadoria.

Cumprе destacar, entretanto, que a proibição da fixação diferenciada dos preços se dá em detrimento do próprio consumidor, em especial do consumidor mais pobre, que nunca utiliza o pagamento por meio do cartão de crédito.

Em regra, todos os custos da atividade econômica são repassados direta ou indiretamente ao consumidor. O repasse se dá de forma indireta, nos casos em que os custos são embutidos no preço dos produtos ou serviços (preço), e de forma direta, quando são discriminados expressamente no contrato os demais encargos suportados pelo consumidor (preço + encar-

gos). Trata-se de informação que possibilita a escolha, pelo consumidor, entre os diversos fornecedores e as diversas formas de pagamento.

Na forma indireta, os custos de todas as transações efetuadas por meio de cartões de crédito são indiscriminadamente repassados aos consumidores, que não contam com a opção de reduzir os encargos da contratação com a utilização de outras formas de pagamento dos produtos. Na forma direta, por sua vez, o consumidor somente paga a taxa de transação efetuada por meio de cartão de crédito, em regra de 5% (conforme nota do DNPC citada), se quiser utilizar essa forma de pagamento.

É extremamente oneroso para um consumidor, por exemplo, comprar um eletrodoméstico de R\$200,00 e ter que arcar, embutidas no preço, com taxas que giram em torno de R\$10,00 pela transação eletrônica efetuada. A transparência da informação sobre os custos da atividade econômica e as circunstâncias da contratação é que permitem ao consumidor avaliar as vantagens e desvantagens da contratação e dos meios de pagamento postos à sua disposição.

Nesse sentido, esta é a conclusão da monografia vencedora do Prêmio SEAE de monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, de 2006, intitulada “A regulação dos mercados de cartões de crédito no Brasil: uma análise à luz da teoria dos jogos”:

O fato evidenciado é simples de ser justificado. A aceitação do cartão de crédito por parte do vendedor possui um custo, e este é repassado aos consumidores na forma de preços mais altos. Esse custo deveria ser pago pelo consumidor que utiliza o cartão para quitar suas compras. Porém, ao homogeneizar os preços, não só esses incorrem no custo adicional, mas também todos os outros consumidores. O preço é, assim, aumentado para todos, mas em menor proporção do que seria aumentado apenas para os usuários de cartão. Configura-se, então, o subsídio cruzado dos consumidores que não utilizam cartão para aqueles que o usam.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o presente requerimento encaminhado ao Presidente do Banco Central, para que este providencie informações, no estrito prazo constitucional e acompanhadas dos documentos comprobatórios, referentes a estudos disponíveis sobre o mercado de cartões de crédito, realizados nos últimos cinco anos, e sobre propostas de regulação decorrentes de convênio de cooperação técnica firmado com a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF, com o objetivo de tornar o setor de cartões de crédito mais eficiente.

Justificação

O mercado de cartões de crédito e débito representou, principalmente ao longo dos últimos 10 anos, uma extraordinária revolução nos meios de pagamento, não apenas no País, mas em todo o mundo.

Entretanto, sem embargo das inúmeras vantagens advindas do uso dos cartões, que devem ser aplaudidas, algumas questões graves emergem do relacionamento das empresas do setor com os comerciantes e com os consumidores, as quais exigem atenção das autoridades.

Estas preocupações referem-se basicamente ao exacerbado poder econômico dessas empresas, ao alto grau de concentração deste mercado e à elevada taxa de desconto praticada.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie, junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, no estrito prazo constitucional e acompanhada dos documentos comprobatórios, informações referentes a estudos disponíveis sobre o mercado de cartões de crédito, realizados nos últimos cinco anos, e sobre propostas de regulação decorrentes de convênio de cooperação técnica firmado com Banco Central com o objetivo de tornar o setor de cartões de crédito mais eficiente.

Justificação

O mercado de cartões de crédito e débito representou, principalmente ao longo dos últimos 10 anos, uma extraordinária revolução nos meios de pagamento, não apenas no País, mas em todo o mundo.

Entretanto, sem embargo das inúmeras vantagens advindas do uso dos cartões, que devem ser aplaudidas, algumas questões graves emergem do relacionamento das empresas do setor com os comerciantes e com os consumidores, as quais exigem atenção das autoridades.

Estas preocupações referem-se basicamente ao exacerbado poder econômico dessas empresas, ao alto grau de concentração deste mercado e à elevada taxa de desconto praticada.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, para que este providencie informações, junto à Secretaria de Direito Econômico, no estrito prazo constitucional e acompanhadas dos documentos comprobatórios, referentes às averiguações preliminares e ou processos administrativos que tenham como investigados os integrantes do mercado de cartões de crédito e ou débito.

Justificação

O mercado de cartões de crédito e débito representou, principalmente ao longo dos últimos 10 anos, uma extraordinária revolução nos meios de pagamento, não apenas no País, mas em todo o mundo.

Entretanto, sem embargo das inúmeras vantagens advindas do uso dos cartões, que devem ser aplaudidas, algumas questões graves emergem do relacionamento das empresas do setor com os comerciantes e com os consumidores, as quais exigem atenção das autoridades.

Estas preocupações referem-se basicamente ao exacerbado poder econômico dessas empresas, ao alto grau de concentração deste mercado e à elevada taxa de desconto praticada.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Com a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Adelmir Santana, que preside esta sessão neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tenho como objetivo número um do meu mandato, como homem nascido na Amazônia e eleito por Roraima, um Estado da Amazônia, o Estado em que nasci, logicamente defender a Região Amazônica, o meu Estado e, por consequência, o Brasil.

Nos últimos tempos, Sr. Presidente, aliás, a cada momento, surge uma nova onda que, eu diria, montada de maneira muito bem encandeada para, primeiro, colocar sempre a Amazônia como alguma coisa que está sendo devastada, está sendo acabada e que os moradores da região, portanto, são um monte de bandidos que estão lá depredando o meio ambiente, matando animais.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil fez neste ano 507 anos. Aliás, passou despercebido. Eu não ouvi um pronunciamento em homenagem ao Dia do Descobrimento do Brasil, não ouvi um pronunciamento para registrar a presença, a chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil, como se isso tivesse sido muito ruim para nós.

Hoje eu quero, obviamente, continuar falando sobre a Amazônia. E não quero usar palavras minhas; vou aproveitar um artigo escrito pelo jornalista Luiz Carlos Azedo, na sua coluna chamada *Nas Entrelinhas*, publicada no jornal *Correio Braziliense* de quinta-feira, dia 26 deste mês. O título é: *Calma, que o Brasil tem pressa*.

Ele diz:

O impressionante documentário do ex-vice-Presidente Al Gore, intitulado *‘Uma Verdade Inconveniente’* situou o aquecimento global como a questão ecológica número um do planeta.

É um bombardeio de artigos, reportagens e entrevistas. Com previsões e simulações catastróficas, como a completa inundação da

Amazônia, a submersão do Rio de Janeiro, numa espécie de nova Atlântida, ou a formação de praias oceânicas nos arredores de Brasília (que bom, estaríamos salvos!) A imaginação não tem limites. E já há quem comemore a descoberta de um planeta habitável para o qual humanos eleitos poderiam imigrar numa viagem que hoje seria de 20 anos à velocidade da luz.

Sr. Presidente, quero até fazer um comentário sobre esse documentário a que tive o cuidado de assistir com muita calma. Não é preciso nem ser muito inteligente para ver, porque o próprio ex-Vice-Presidente Al Gore cita o seu adversário várias vezes, criticando a sua postura na campanha e depois no Governo. Então, nada mais é do que uma bem-elaborada peça de *marketing* para a sua plataforma. Devia ser, eventualmente, candidato a Presidente dos Estados Unidos à custa de um terrorismo global e, o que é pior, na verdade, querendo impingir, de maneira muito inteligente, uma forma de freio aos países emergentes no rumo do seu desenvolvimento.

Essa não é a primeira peça, aliás, o próprio Al Gore disse, textualmente, em 1989, uma frase inconveniente quando era Vice-Presidente dos Estados Unidos. Ele afirmou que o Brasil não era dono da Amazônia brasileira, mas, sim, os países que tinham a responsabilidade sobre o controle do meio ambiente, desautorizando e inclusive fazendo uma agressão à nossa soberania.

E eu vejo todo mundo festejando agora. A frase contra o Brasil não mereceu atenção. Com essa nova campanha de aquecimento global, é evidente que vamos nos reportar ao que disse Gorbachev, ao que disse Mitterrand, ao que disse Margaret Thatcher: que o Brasil não tem soberania sobre a Amazônia, mas que já se prepara um consórcio de países para administrar a Amazônia no futuro.

O jornalista Luiz Carlos Azedo, na chamada principal da sua coluna, diz:

A tese do aquecimento global reforça a idéia na opinião pública mundial de que a maior floresta do mundo deve ser internacionalizada.

Vou passar para o último tópico do artigo do referido jornalista, pedindo, de antemão, Sr. Presidente, que todo o artigo seja transcrito na íntegra, como parte do meu pronunciamento:

Amazônia.

Precisamos ir devagar com o andor nessa questão. Uma das razões é a Amazônia. A tese do aquecimento global reforça a idéia na opinião pública mundial de que a maior floresta do mundo deve ser internacionalizada. A gravidade do assunto provocou uma crise no governo por causa dos investimentos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia. A falta de energia é uma trava no crescimento do país, porque inibe os investimentos em novas plantas industriais. A idéia de que a Amazônia deve ser um santuário intocável é reacionária [palavras do jornalista: “é reacionária”. E eu assino embaixo. Realmente, é].

Sequer é a melhor maneira de defender os povos da floresta e a integridade territorial.

A Amazônia corresponde a 1/20 da superfície do planeta e 2/5 da América do Sul, tem 1/5 da disponibilidade de água doce do mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas. Mais de 63% desse território, onde vivem 20 milhões de pessoas pertencem ao Brasil. [Vinte milhões; na verdade, são mais!] Seu potencial energético é de 160.000 MW, contra 84.000 MW instalados no país.

Por isso, Sr. Presidente, estamos na iminência de um apagão futuro em termos de energia elétrica, e só a Amazônia tem esse potencial.

Explorar parte desse potencial energético é vital para o desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. A questão é como fazê-lo com menor risco ambiental e maior proveito econômico e social. Não é simplesmente deixar de fazê-lo e condenar o caboclo da Amazônia à eterna exploração de seringais – até a chegada do juízo final.

Sr. Presidente, quero realmente cumprimentar o jornalista Luiz Carlos Azedo, porque, como amazônida, tenho dito e repetido aqui essas palavras, mas parece-me que, quando a pessoa da região fala sobre ela, soa para o resto do País, principalmente para os grandes intelectuais do Rio e de São Paulo como alguma coisa paroquial, como alguma coisa provinciana. E é lamentável que não estejamos acordados para isso.

E quero também, Sr. Presidente, aproveitar-me de outro importante artigo publicado na **Folha de S. Paulo**,

do dia 19 de fevereiro deste ano, e da autoria do eminente cientista político Helio Jaguaribe, intitulado:

“A perda da Amazônia”

Nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeito a Amazônia. O que ocorre nessa área, 59% do território, é inacreditável.

É mais de 60%. Essas variações às vezes são relativas ao que é Amazônia e o que é Amazônia Legal porque a Amazônia seriam só os Estados do Norte e a Amazônia legal inclui parte do Mato Grosso e parte do Maranhão.

Num país como o Brasil, marcado por amplas e lamentáveis incúrias de parte do Poder Público, nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que está ocorrendo nessa área, que representa 59% do nosso território, é simplesmente inacreditável. Por meio de uma multiplicidade de processos, a Amazônia está sendo submetida à acelerada desnacionalização, em que se conjugam ameaçadores projetos por parte de potências para a sua formal internacionalização com insensatas concessões de áreas gigantescas – correspondentes, no conjunto, a 13% do território nacional – a uma ínfima população de algo de 200 mil índios.

Acrescente-se a isso inúmeras penetrações, freqüentemente sob a aparência de pesquisas científicas e atuação de mais de cem ONG's, organizações não-governamentais na Amazônia. Recente reportagem publicada no caderno especial do **Jornal do Brasil** apresenta os mais alarmantes dados.

Eu fiz o registro dessa série de reportagens publicadas pelo **Jornal do Brasil**, que, de maneira muito isenta e nacionalista, publicou essa matéria.

A Amazônia brasileira, representando 85% da Amazônia total [quer dizer, da Amazônia dos outros países da América do Sul, como Colômbia, Venezuela, Peru, Guiana; a pan-amazônia, enfim, a nossa Amazônia representa 85% da Amazônia total] constitui a maior floresta tropical e a maior bacia hidrográfica do mundo, com um quinto da água doce do planeta, sendo, concomitantemente, a maior reserva mundial de biodiversidade e uma das maiores concentrações de minerais valiosos, com potencial diamantífero na reserva Roosevelt 15 vezes superior ao da maior mina

da África, reservas gigantescas de ferro e outros minerais na região de Carajás, de bauxita no rio Trombeta, também no Pará, e de cassiterita, urânio e nióbio em Roraima [o meu Estado].

O dendê, nativo da Amazônia e nela facilmente cultivável, constitui uma das maiores reservas potenciais de biodiesel. Em apenas 7 milhões de hectares, numa região com 5 milhões de km², é possível produzir 8 milhões de biodiesel por dia, correspondente à totalidade da produção de petróleo da Arábia Saudita.

É absolutamente evidente que o Brasil está perdendo o controle da Amazônia. É urgentíssima uma apropriada intervenção federal.

Aqui quero fazer um comentário. A intervenção federal na Amazônia tem sido só para atrasar, para engessar a Amazônia, para neutralizar o desenvolvimento da Amazônia. Acho que esse apelo do Dr. Jaguaribe, com todo o respeito, não é adequado.

Os principais aspectos em jogo dizem respeito a formas eficazes de vigilância da região, de sua exploração racional e de sua colonização. O Grupo de Trabalho da Amazônia, coordenado pela Abin, já dispõe de um importante acervo de dados contidos em relatórios a que as autoridades superiores, entretanto, não vêm dando a menor atenção.

Vejam bem: Dr. Helio Jaguaribe disse que o trabalho feito pelo Grupo de Trabalho da Amazônia, coordenado pela Abin, tem importante acervo de dados, contidos em relatórios a que as autoridades superiores federais, entretanto, não vêm dando a menor atenção. É bom que os brasileiros saibam disso.

É indispensável tomar o devido conhecimento dos relatórios. Sem prejuízo das medidas neles sugeridas e de levantamentos complementares, é indiscutível a necessidade de uma ampla revisão da política de gigantescas concessões territoriais a ínfimas populações indígenas, no âmbito das quais, principalmente sob pretextos religiosos, se infiltram as penetrações estrangeiras.

Enquanto a Igreja Católica atua como ingênua protetora dos indígenas, facilitando, indiretamente, indesejáveis penetrações estrangeiras, igrejas protestantes, nas quais pas-

tores improvisados são, concomitantemente, empresários por conta própria ou a serviço de grandes companhias, atuam diretamente com finalidades mercantis e propósitos alienantes.

Aqui, eu tenho muitas discordâncias com o Dr. Jaguaribe, porque, na verdade, no meu Estado, é a Igreja Católica que realmente comanda essa questão e age de maneira muito suspeita.

O objetivo que se tem em vista é o de criar condições para a formação de “nações indígenas” e proclamar, subsequente, sua independência – com o apoio americano.

Em última análise (excluída a eliminação dos índios, adotada no Século XIX pelos Estados Unidos), há duas aproximações possíveis da questão indígena: a do General Rondon, de princípios do Século XX, e a atual, dos indigenistas. [Aliás, eu não sei onde é que alguém se forma como indigenista.] Rondon, ele mesmo com antecedentes indígenas, partia do pressuposto de que o índio era legítimo proprietário das terras que habitasse. A um País civilizado como o Brasil, o que competia era persuadir, pacificamente, o índio a se incorporar a nossa cidadania, para tanto lhe prestando toda a assistência conveniente, dando-lhe educação, saúde e facilidades para um trabalho condigno.

Os indigenistas de hoje, diversamente, querem instituir um “jardim zoológico” de indígenas [Palavras do Dr. Jaguaribe], sob o falacioso pretexto de preservar sua cultura.

Algo equivalente ao intento de criar uma área de preservação de culturas paleolíticas ou mesolíticas no âmbito de um país moderno. O resultado final, além de facilitar a penetração estrangeira, é converter a condição indígena em lucrativa profissão, com contas em Nova York e telefone celular.

Há urgente necessidade, portanto, de rever essas concessões, submetendo-as a uma eficiente fiscalização federal [Federal aqui tinha de ser federal do Senado, não federal da Funai somente que é totalmente comandada por indigenistas de aluguel e ongueiros], reduzindo-as a proporções incomparavelmente mais restritas e instituindo uma satisfatória

faixa de propriedade federal, devidamente fiscalizada, na fronteira de terras indígenas com outros países.

No meu Estado, Senador Adelmir, as reservas indígenas não estão na faixa de fronteira, mas na linha de fronteira. A reserva Ianomâmi é uma extensa fronteira com a Venezuela; e a reserva Raposa Serra do Sol, recentemente criada, tem 1.700.000 ha, de onde estão sendo desalojados quatro pequenas cidades. Todos os habitantes que estavam lá há mais de século estão sendo retirados mediante uma indenização imoral – caso somente visto na Rússia antiga, em que populações eram tiradas do lugar onde moravam para ir para outro de acordo com a conveniência do Governo.

Sr. Presidente, penso que esse dois artigos merecem a reflexão de todos nós Senadores, merecem a reflexão de todos os brasileiros, principalmente dos que não moram na Amazônia, porque os que moram na Amazônia conhecem de perto esse problema. Alguns estão anestesiados e até desiludidos de que alguma coisa ainda possa mudar. Mas eu penso que não é porque se cometem barbaridades como a que foi cometida na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em que o Presidente Lula foi induzido a erro, que se deva perder as esperanças. Aliás, quero aqui dizer que, até que provem o contrário, o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos fez uma molecagem jurídica para ensejar a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Estava no Supremo uma decisão da Ministra Ellen Gracie, mandando suspender a demarcação, porque a investigação feita pela Justiça Federal de Roraima detectou que o próprio laudo antropológico era falso, cheio de fraudes. E o mais importante disso tudo, além de não se poder consumir um fato jurídico em cima de uma fraude, os índios, cerca de 60% ou 70% ou mais dos que lá moram, não querem essa segregação que lhes está sendo imposta.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos fez o quê?

Fez de conta que revogou uma portaria que estava demarcando a reserva, editando uma nova. Na verdade, só mudou o número e a data, Senador Adelmir. Manteve, praticamente, os mesmos limites, aumentando um pouco para dizer que não era a mesma coisa. Com base nisso, o Ministro Ayres Britto, do Supremo, que era o Relator, declarou que havia perda de objeto de todas as ações contra a demarcação daquela área. Então, é, com certeza, uma coisa que o Judiciário vai ter que rever, porque o Judiciário não pode convalidar uma fraude feita desde o início do Laudo Antropológi-

co. E, mais ainda, uma molecagem jurídica feita pelo ex-Ministro da Justiça.

Então, eu quero aqui, como cidadão da Amazônia, como cidadão de Roraima, alertar a todos os brasileiros para essa brincadeira que parece inocente. Mas, aqui, eu li dois artigos. Não foram palavras minhas. Eu estou aqui fazendo comentários sobre essas palavras de dois eminentes cidadãos: um jornalista e um cientista político que escreve em uma coluna, quase permanente, na Folha de S. Paulo, para dizer isso: “Vamos acordar, antes que a Amazônia seja um novo Iraque, que a Amazônia seja um novo Afeganistão! Porque, desculpas para, amanhã, ocuparem Amazônia, já existem de sobra. A mais nova agora é essa que vem do filme de Al Gore. Então, não vamos aceitar essa pecha de o Brasil ser poluidor. Não é sequer, como se constata nos *rankings* por aí, o quarto maior poluidor. Os maiores poluidores são os países da Europa, são os Estados Unidos, é a China. E nós temos, portanto, de cobrar deles pelo muito que ainda conservamos. A Amazônia, com seus 507 anos, não tem sequer 15% de sua área mexida. E quando falo mexida, Senador Adelmir, é para a construção de cidades como Belém, como Manaus, como Boa Vista, como Rio Branco e outras cidades pequenas, além dos assentamentos feitos pelo Incra.

Portanto, na verdade é ocupação humana. É até de se perguntar: Será que Deus estava errado quando disse, na Bíblia, que estava deixando todos os bens, a terra, os animais e tal, para que o homem pudesse deles se aprazer e viver feliz? Aqui se está invertendo.

V. Ex^a, que é um empresário e fez um excelente discurso analisando essa questão de cartão de crédito, já viu que as nossas notas, as cédulas do nosso Real, todas têm a figura de um animal? Todas, do R\$1,00 aos R\$100,00, só animais. Não têm um vulto histórico. As nossas cédulas de Reais só têm animais: beija-flor, onça pintada, tambaqui. Mas não têm um vulto histórico. Não está o descobridor do Brasil, não está o homem que fez a independência do Brasil. Não há nenhum vulto histórico nas nossas cédulas. Por quê? Somos um país apenas de animais?

Quero deixar essas palavras, nesta sexta-feira, para reflexão dos brasileiros que não moram na Amazônia. Porque, muitas vezes, a anestesia que se provoca com essa grande propaganda... Assisto muito a canais como o National Geographic ou o Discovery, e ali muitas matérias são veiculadas e depois repetidas pelas grandes cadeias nacionais e é só essa história. Eles não moram na Amazônia, mas na Amazônia não se pode derrubar uma árvore. Uma árvore o que é? É um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre.

Temos que aproveitar essa árvore, no momento adequado, em benefício das populações que moram lá, em benefício de todo o Brasil.

Aqui foi dito: temos energia para garantir auto-suficiência para o Brasil e minérios para saldar nossa dívida e algo mais. No entanto, nada disso é explorado sob um falso e hipócrita pretexto de preservar a natureza e certas comunidades que não pediram para serem protegidas dessa forma, porque conheço os índios de Roraima e convivo com eles desde quando me formei em Medicina e voltei lá para trabalhar. Tratei, andei perto. Na verdade, os falsos procuradores de índios, que não conversam com eles e manipulam meia dúzia de índios que compõem certas ONGs, vêm ao Brasil e dizem coisas que a grande maioria...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR.) – ...das comunidades não quer.

Encerro, portanto, Senador Adelmir Santana, o meu alerta, meu pedido aos brasileiros que fiquemos mais atentos para a Amazônia, reiterando o pedido da transcrição, na íntegra, tanto da coluna do jornalista Luiz Carlos Azedo, como do artigo do cientista político Helio Jaguaribe. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art.210 do Regimento Interno.)

Calma, que o Brasil tem pressa

O impressionante documentário do ex-vice-presidente americano Al Gore, intitulado *Uma verdade inconveniente*, situou o aquecimento global como a questão ecológica número um do planeta. É um bombardeio de artigos, reportagens e entrevistas. Com previsões e simulações catastróficas, como a completa inundação da Amazônia, a submersão do Rio de Janeiro numa espécie de nova Atlântida ou a formação de praias oceânicas nos arredores de Brasília (que bom, estaríamos salvos!). A imaginação não tem limites. E já há quem comemore a descoberta de um planeta habitável, para o qual humanos eleitos poderiam emigrar, numa viagem que hoje seria de 20 anos à velocidade da luz.

Alarmismo

Ontem, recebi a mensagem de um velho amigo contestando a tese: Ailton Queiroz, o "Gaguinho", antigo professor de economia na Universidade Federal Fluminense, que estudou engenharia de minas na UFPE e é um apaixonado por geologia. "É mentira que a espécie humana seja a principal culpada pelo aquecimento global", dispara.

A terra surgiu como uma bola de fogo, resfriou-se lentamente e passou por muitos ciclos naturais de grandes variações de temperatura. A maioria desses ciclos ocorreu quando a humanidade não existia. E em vários deles, o aquecimento alcançou níveis muito mais altos de temperatura devido, em parte, à emissão natural de dióxido de carbono (CO₂) e de gás metano (H₄). Além desses ciclos, têm sido comuns nos últimos milhões de anos (período pequeno, se comparado com a

idade da terra, que tem 4,6 bilhões de anos) os ciclos glaciais, o último deles há aproximadamente 10 a 12 mil anos. Estamos, portanto, no fim de uma era interglacial e nos aproximando de outra inevitável glaciação. Esse fenômeno é precedido da elevação da temperatura, o que reduz as geleiras, desfaz os circuitos das correntes marítimas, eleva as mares e intensifica as tormentas. Quando a nova glaciação chegar, tudo se inverte: as temperaturas caem bastante, durante milhares de anos. No período interglacial seguinte, o clima de novo ficará ameno, que é o melhor para os humanos. Ou seja, ainda temos muito a aprender com esquimós e tuaregues.

Contingência

Mas o futuro pode ser ainda pior. "A natureza não tem o compromisso ético de preservar a vida de qualquer espécie", argumenta Queiroz. Na verdade, a humanidade tem colaborado com o aquecimento global, mas numa parcela desprezível. Isso não significa que podemos ser irresponsáveis com o meio ambiente. Devemos reduzir a poluição e preservar os ecossistemas, mas sem a pretensão de alterar os ciclos naturais do planeta. O aquecimento global é uma contingência da vida na terra. "Quando todas as potências mundiais promovem uma cruzada, o interesse maior é manter o status quo: quem já é rico, fica rico; quem é pobre, fica pobre. Avaliam que, se os pobres quiserem se desenvolver para ter padrões de vida iguais aos dos países desenvolvidos, certamente também vão destruir os recursos do planeta. O que acontece, porém, é o contrário, quanto mais um país é desenvolvido, mais condições tem de limpar o que sujou. Veja que não só o rio Tamisa, que banha Londres, mas os rios da Europa e os dos USA são, hoje, muito mais limpos (ou menos sujos) que durante a era da Revolução Industrial", sustenta.

Amazônia

Precisamos ir devagar com o andor nessa questão. Uma das razões é a Amazônia. A tese do aquecimento global reforça a idéia na opinião pública mundial de que a maior floresta do mundo deve ser internacionalizada. A gravidade do assunto provocou uma crise no governo por causa dos investimentos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia. A falta de energia é uma trava no crescimento do país, porque inibe os investimentos em novas plantas industriais. A idéia de que a Amazônia deve ser um santuário intocável é reacionária. Sequer é a melhor maneira de defender os povos da floresta e a integridade territorial.

A Amazônia corresponde a 1/20 da superfície do planeta e 2/5 da América do Sul, tem 1/5 da disponibilidade de água doce do mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas. Mais de 63% desse território, onde vivem 20 milhões de pessoas, pertencem ao Brasil. Seu potencial energético é de 160.000 MW, contra 84.000 MW instalados no país. Explorar parte desse potencial energético é vital para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A questão é como fazê-lo com menor risco ambiental e maior proveito econômico e social. Não é simplesmente deixar de fazê-lo. E condenar o caboclo da Amazônia à eterna exploração dos seringais — até a chegada do Juízo Final.

FOLHA DE S. PAULO Opinião

São Paulo, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2007

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

A perda da Amazônia

HELIO JAGUARIBE

Nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que ocorre nessa área, 59% do território, é inacreditável

NUM PAÍS como o Brasil, marcado por amplas e lamentáveis incúrias de parte do poder público, nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que está ocorrendo nessa área, que representa 59% do território, é simplesmente inacreditável.

Por meio de uma multiplicidade de processos, a Amazônia está sendo submetida a acelerada desnacionalização, em que se conjugam ameaçadores projetos por parte de grandes potências para sua formal internacionalização com insensatas concessões de áreas gigantescas -correspondentes, no conjunto, a cerca de 13% do território nacional- a uma ínfima população de algo como 200 mil índios.

Acrescente-se a isso inúmeras penetrações, freqüentemente sob a aparência de pesquisas científicas e a atuação de mais de cem ONGs. Recente reportagem publicada em caderno especial do "Jornal do Brasil" apresenta os mais alarmantes dados.

A Amazônia brasileira, representando 85% da Amazônia total, constitui a maior floresta tropical e a maior bacia hidrográfica do mundo, com um quinto da água doce do planeta, sendo, concomitantemente, a maior reserva mundial de biodiversidade e uma das maiores concentrações de minerais valiosos, com um potencial diamantífero na reserva Roosevelt 15 vezes superior ao da maior mina da África, reservas gigantescas de ferro e outros minerais na região de Carajás, no Pará, de bauxita no rio Trombeta, também no Pará, e de cassiterita, urânio e nióbio em Roraima.

O dendê, nativo da Amazônia e nela facilmente cultivável, constitui uma das maiores reservas potenciais de biodiesel. Em apenas 7 milhões de hectares, numa região com 5 milhões de km², é possível produzir 8 milhões de barris de biodiesel por dia, correspondentes à totalidade da produção de petróleo da Arábia Saudita.

É absolutamente evidente que o Brasil está perdendo o controle da Amazônia. É urgentíssima uma apropriada intervenção federal.

Os principais aspectos em jogo dizem respeito a formas eficazes de vigilância da região e de sua exploração racional e colonização. O Grupo de Trabalho da Amazônia, coordenado pela Abin, já dispõe de um importante acervo de dados, contidos em relatórios a que as autoridades superiores, entretanto, não vêm dando a menor atenção. É indispensável tomar o devido conhecimento dos relatórios. Sem prejuízo das medidas neles sugeridas e de levantamentos complementares, é indiscutível a necessidade de uma ampla revisão da política de gigantescas concessões territoriais a ínfimas populações indígenas, no âmbito das quais, principalmente sob pretextos religiosos, se infiltram as penetrações estrangeiras.

Enquanto a Igreja Católica atua como ingênua protetora dos indígenas, facilitando, indiretamente, indesejáveis penetrações estrangeiras, igrejas protestantes, nas quais pastores improvisados são, concomitantemente, empresários por conta própria ou a serviço de grandes companhias, atuam diretamente com finalidades mercantis e propósitos alienantes.

O objetivo que se tem em vista é o de criar condições para a formação de "nações indígenas" e proclamar, subsequentemente, sua independência -com o apoio americano.

Em última análise (excluída a eliminação dos índios adotada no século 19 pelos EUA), há duas aproximações possíveis da questão indígena: a do general Rondon, de princípios do século 20, e a atual, dos indigenistas.

Rondon, ele mesmo com antecedentes indígenas, partia do pressuposto de que o índio era legítimo proprietário das terras que habitasse. A um país civilizado como o Brasil, o que competia era persuadir, pacificamente, o índio a se incorporar a nossa cidadania, para tanto lhe prestando toda a assistência conveniente, dando-lhe educação, saúde e facilidades para um trabalho condigno.

Os indigenistas, diversamente, *querem instituir um "jardim zoológico"* de indígenas, sob o falacioso pretexto de preservar sua cultura.

Algo equivalente ao intento de criar uma área de preservação de culturas paleolíticas ou mesolíticas no âmbito de um país moderno. O resultado final, além de facilitar a penetração estrangeira, é converter a condição indígena em lucrativa profissão, com contas em Nova York e telefone celular.

Há urgente necessidade, portanto, de rever essas concessões, submetendo-as a uma eficiente fiscalização federal, reduzindo-as a proporções incomparavelmente mais restritas e instituindo uma satisfatória faixa de propriedade federal, devidamente fiscalizada, na fronteira de terras indígenas com outros países.

HELIO JAGUARIBE, 83, sociólogo, é decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (RJ), membro da Academia Brasileira de Letras e autor de, entre outras obras, "Brasil: Alternativas e Saídas".

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)

– Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, como oradora inscrita, pelo tempo de vinte minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Adelmir Santana, os que nos prestigiam com a sua audiência, eu venho a esta tribuna, nesta sexta-feira, 27 de abril, para comemorar algumas boas notícias para o País, ocorridas nesta semana.

Quero iniciar meu pronunciamento cumprimentando, Sr. Presidente, no dia de hoje, as trabalhadoras domésticas pela passagem do seu dia.

As trabalhadoras domésticas, por muitos anos, foram invisíveis para as políticas públicas. Hoje, neste 27 de abril, esperamos que o Dia das Trabalhadoras Domésticas seja um passo rumo ao reconhecimento dessas mulheres que, geração após geração, foram mães, irmãs, companheiras e amigas de tantas famílias

brasileiras e que, muitas vezes, são abandonadas ao final da vida em abrigos e asilos para idosos.

E, ao falar das trabalhadoras domésticas e da sua importância, quero ressaltar as boas notícias acerca da geração de empregos, pois apenas no mês de março deste ano foram gerados 146.141 empregos com carteira assinada, o que representa 0,52% do total de empregos do País, um recorde para o período. O acumulado de janeiro a março foi de 399.628 vagas, representa o melhor primeiro trimestre da série histórica que começou em 1992. O resultado foi impulsionado pela indústria, que contratou 40.538 trabalhadores, 0,62% na comparação com fevereiro. O resultado foi o segundo melhor do setor dos últimos 15 anos.

Em termos relativos, o setor da indústria que mais se destacou foi a construção civil, com crescimento de 1,3% na oferta de postos de trabalho, o que equivale a 17.253 novos postos.

Os dados, Sr. Presidente, constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. O Caged, anunciado no último dia 25 pelo Ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

O Caged mostrou que praticamente em todas as regiões aumentou o número de trabalhadores com carteira assinada, com destaque para o Sudeste e o Sul do País.

Conforme o Ministro do Trabalho, o resultado do Caged pode ser atribuído ao Plano de Aceleração de Crescimento, o PAC, que mesmo sem ter saído do papel, já criou expectativa positiva nos empresários brasileiros, o que é muito bom.

Sr. Presidente, outra boa notícia, que faço questão de registrar neste dia, é que participei, no dia 24 de abril, na última terça-feira, do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE.

O plano se constitui de um conjunto de medidas apresentadas pelo Presidente Lula e pelo Ministro Fernando Haddad, abrangendo desde o ensino infantil até o ensino superior, que prioriza a educação básica e é um importante e definitivo passo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

Nas palavras do nosso Presidente:

...para diminuir a desigualdade entre as pessoas, a alavanca básica é a educação; e para diminuir as desigualdades entre as regiões, a alavanca básica são os grandes programas de desenvolvimento que ampliam a infra-estrutura produtiva e social.

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, que leva em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar, permitirá identificar e apoiar as prefeituras que apresentarem os indicadores educacionais mais básicos, o que me deixa muito feliz, Sr. Presidente, porque sabemos que, principalmente na Amazônia, nós temos essa realidade explícita.

Para isso, o MEC vai investir cerca de R\$1 bilhão, em 2007, como recursos adicionais ao Fundeb, que prazerosamente relato nesta Casa.

Entre as recomendações às escolas que deverão melhorar seu Ideb, estão ações como o acompanhamento individual das crianças, atividades de cultura e esporte no contraturno escolar, participação da comunidade nos conselhos de cada escola e criação de conselhos municipais de educação.

Na área de infra-estrutura de educação, está previsto o fornecimento de eletricidade às escolas públicas que ainda não possuem energia elétrica, dentro do programa Luz para Todos, até o ano que vem. E sabe-

mos que são milhares de escolas rurais neste País que ainda não têm acesso sequer a uma lâmpada.

Com essas condições asseguradas, todas as escolas públicas deverão estar informatizadas até 2010. É a infovia acontecendo através da educação.

Para estimular a produção de conteúdos didáticos digitais, deverá ser lançado edital no valor de R\$75 milhões, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O programa Universidade Aberta implantará mil pólos de formação de professores em todo o Brasil, principalmente nas pequenas e médias cidades do interior.

Uma parceria entre as universidades públicas e as prefeituras expandirá para o interior do país o processo de qualificação dos professores, e alfabetização das crianças de 6 a 8 anos será avaliada pelo Provinha Brasil.

Uma bolsa de R\$200,00 por mês, além do próprio salário, para os professores que se disponham a alfabetizar adultos no turno em que não estão lecionando para as crianças deverá mudar o perfil do Programa Brasil Alfabetizado, aumentando o número de professores alfabetizadores da rede pública municipal e estadual.

Para dobrar o número de vagas nas universidades federais, receberão mais recursos aquelas que abrirem ou ampliarem cursos noturnos e reduzirem o custo por aluno.

Além desses incentivos, uma antiga reivindicação dos reitores e da comunidade universitária será atendida: a autonomia das universidades federais para a contratação de novos docentes. Com isso, as universidades federais deverão contratar mais de 15 mil docentes nos próximos anos, recompondo e ampliando o quadro de pessoal para atender às novas demandas.

Sinto-me muito feliz, especialmente por essa decisão, porque uma das principais reclamações dos nossos reitores tem sido esse engessamento para a contratação de docentes. Tenho uma felicidade enorme pelo meu Estado, porque sei que a partir daí a Universidade Federal de Rondônia terá uma nova estrutura e poderá dar melhor qualidade de atendimento aos nossos alunos.

Além disso, Sr. Presidente, a articulação entre o Fies e o ProUni financiará 100% das bolsas parciais do ProUni e permitirá a quitação da dívida ativa consolidada das instituições de ensino superior, o que resulta em mais 100 mil vagas por ano na educação superior.

De todas as medidas, Sr. Presidente, destaco três que constam de minha luta na vida e nesta Casa.

Em primeiro lugar, a instalação de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo, tendo como referência critérios de interiorização do desenvolvimento e de criação de oportunidades para o jovem do interior, evitando o êxodo para as grandes metrópoles. Em meu Estado de Rondônia, aguardamos com ansiedade a construção dessas primeiras unidades, na expectativa de traçarmos estratégias para a futura ampliação da rede de ensino tecnológico, atendendo as particularidades de nossas microrregiões econômicas. Essas escolas deverão ser a base para o desenvolvimento sustentável e responsável, que defendo em meu Estado.

Esperamos que sejam também implantados em Rondônia os Institutos Federais de Educação Tecnológica, previstos no atual Plano de Desenvolvimento da Educação, com a missão de ofertar educação pública para fortalecer os arranjos produtivos locais. Assim, teremos a revitalização, em meu Estado de Rondônia, do ensino técnico, com a implantação de três novas escolas, em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena, que se somarão à Escola Agrotécnica Federal, já existente em Colorado do Oeste.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, destaco o crédito do BNDES de R\$600 milhões, destinado à compra de ônibus e barcos para o transporte escolar. O programa Caminho da Escola, que atende aos alunos da educação básica das redes públicas da zona rural, receberá R\$300 milhões, já devidamente destinados e acordados entre o MEC e o BNDES, e outros R\$300 milhões, cujo termo de intenções foi assinado também na data de 24 de abril, que serão destinados ao Proescolar, que atende os alunos das redes estaduais e municipais das zonas rurais e urbanas neste País. E, por fim, uma conquista da luta histórica dos trabalhadores em educação: a criação de um piso salarial nacional para todos os professores da rede pública do Brasil.

Avançamos na busca de um padrão nacional de qualidade, Sr. Presidente. O valor do piso de R\$850,00 ainda está aquém das expectativas salariais de nossa categoria, mas é o ponto de partida para conhecermos melhor a realidade dos profissionais em educação do nosso País e aprimorarmos as políticas públicas nessa área. Não tenho dúvida de que esse conjunto de medidas do plano de desenvolvimento da educação, combinado com o Fundeb, cuja regulamentação tenho a honra de relatar nesta Casa, mudarão o perfil da educação brasileira.

Sr. Presidente, registro a Semana da Educação Para Todos, iniciada no dia 23, com término previsto para o dia 29 de abril, organizada para chamar a atenção sobre a qualidade da “educação como um direito humano”, que é uma campanha mundial promovida pela Unesco com a Campanha Global para a Educação.

Nesta semana, estiveram nesta Casa mais de dez mil trabalhadoras e trabalhadores em educação de

todo o Brasil, que lutam por uma educação pública de qualidade e de inclusão social. Sua palavra de ordem é: Pague o Piso ou Pague o Preço. Lutam para que o piso salarial nacional seja vinculado à carreira e que seja prevista uma jornada de trabalho capaz de garantir a dedicação do profissional à sua escola, sem ter de buscar outras fontes de recurso. Lutam por condições dignas de trabalho e saúde para os profissionais da educação – um passo necessário e fundamental para os principais atores dessa revolução que está sendo iniciada pelo Presidente Lula.

Não poderia deixar de lembrar, nesta tribuna, de duas pessoas fundamentais para compreender e entender a importância deste momento: trata-se de dois companheiros já falecidos, mas sempre presentes na luta da educação brasileira. Falo de Florestan Fernandes e de Paulo Freire, ambos, certamente, ao nosso lado neste momento. Eles, que fizeram da educação a luta de suas vidas, nos lembram, com o seu exemplo, a importância de persistir, buscando a igualdade na diversidade, para fazer deste País uma grande nação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

CF. Nº 139/07 – CDH

Brasília, 26 de abril de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou a Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, que “Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências” e deverá constar da Pauta da próxima reunião para discussão em turno suplementar.

Atenciosamente, – Senador **Cícero Lucena**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 21, de 2007**, de autoria do Senador Sibá Machado, que *altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência comunica às Srs. e aos Srs. Senadores que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 16 de maio será destinado a homenagear o escritor e Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, Geraldo Mello Mourão, falecido no dia 9 de março passado, nos termos do Requerimento nº 186, de 2007, do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência convoca sessão especial, a realizar-se no próximo dia 23 de maio, destinada a homenagear a Rádio Bandeirantes, pelo transcurso dos 70 anos do início de suas atividades, nos termos do Requerimento nº 234, de 2007, do Senador Efraim Morais e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com fundamento nas Disposições Transitórias Primeira, Segunda e Terceira do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 408, de 2006, combinadas com os arts. 57, § 5º, da Constituição Federal e 9º do Regimento Comum; e de acordo com as indicações das Lideranças, designo como integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul:

SENADORES

Titulares

Pedro Simon
Geraldo Mesquita Júnior

Suplentes

Neuto de Conto
Valdir Raupp

PMDB

PFL

Efraim Morais
Romeu Tuma

Adelmir Santana
Raimundo Colombo

PSDB

Marisa Serrano

Eduardo Azeredo

PT

Aloizio Mercadante

Flávio Arns

PTB

Sérgio Zambiasi

Fernando Collor

PDT

Cristovam Buarque

Jefferson Péres

PCdoB

Inácio Arruda 1.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Cezar Schimer
Dr. Rosinha
George Hilton
Max Rosenmann

Íris de Araújo
Nilson Mourão
Renato Molling
Valdir Colatto

PSDB/PFL/PPS

Claudio Diaz
Geraldo Resende
Germano Bonow

Fernando Coruja
Gervásio Silva
Júlio Redecker

PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN

Beto Albuquerque

Vieira da Cunha

PV

José Paulo Tóffano

Dr. Nechar

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu do Dr. Alexandre de Moraes, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, relatório das atividades desenvolvidas naquele Conselho, desde a sua posse, em 14 de junho de 2005, até os dias de hoje.

O expediente será juntado ao processado do Ofício nº S/28, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.
É lido o seguinte:

OF. Nº 117/2007

Brasília, 25 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Cumprimento Vossa Excelência e consulto sobre a possibilidade de verificar, quando da votação pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da PEC nº 60, de 2005 – que tramita em conjunto com a PEC nº 22, de 2005, de minha autoria – relator Senador Demóstenes Torres, o aproveitamento da parte da minha proposta contida no § 1º, **in fine** (art. 1º), que estabelece que no preceito constitucional deva ser incluída a expressão “e a remuneração condigna dos policiais ...”.

A proposta tem por objetivo instituir princípio constitucional, a fim de que possa fixar, nas futuras leis regulamentadoras, piso mínimo para os policiais integrantes do Sistema de Segurança Pública (CF. art. 144).

Na oportunidade renovo protestos de estima e consideração – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, às 10 horas do dia 11 de dezembro de 2007, para comemoração do “Dia do Marinheiro”, que é celebrado no dia 13 do mesmo mês. Esta data corresponde ao dia do nascimento do ilustre filho do Estado do Rio Grande do Sul, Almirante Joaquim Marques de Lisboa, Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.

Neste ano de 2007, esta data reveste-se de especial importância, pois comemoraremos o bicentenário do nascimento desse nobre marinheiro brasileiro, cujo nome está gravado no **Livro dos Heróis da Pátria**, no Panteão da Liberdade e da Democracia.

O Senado Federal, ao prestar esta homenagem, estende este tributo a todos os brasileiros e brasileiras que constituíram e constituem a Marinha do Brasil, por relevantes serviços prestados ao País.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2007.

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Romeu Tuma'. To its right, there is another large signature, possibly 'Mozarildo Cavalcanti'. Further right, there is a signature that looks like 'Joaquim Marques de Lisboa'. Below these, there are several smaller, less legible signatures and some circular stamps or seals. The overall appearance is that of a formal document with multiple signatures.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 28 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3423 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.714/07-6.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por idade, com proventos proporcionais, o servidor **DOLIVAL MORAES PESSOA** Técnico Legislativo, Área 5.3, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma do disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, e no Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, c/c o Acórdão nº 2076, de 2005-Plenário TCU, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 27 de abril de 2007


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3426 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.541/07-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos integrais, o servidor **JOSÉ RIBEIRO FILHO**, Técnico Legislativo, Área 5.3, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20, DE 1998, na forma assegurada pelo art. 3º deste último dispositivo legal, *com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994 e no Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, c/c o Acórdão nº 2076 de 2005-Plenário TCU*, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 27 de abril de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 50 PÁGINAS